

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**ESTUDO SOBRE A AVALIAÇÃO DE ATIVOS
CONSIDERANDO A TEORIA CONTÁBIL**

EVANDRO SILVESTREIN

**FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA
NOVEMBRO DE 2000**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**ESTUDO SOBRE A AVALIAÇÃO DE ATIVOS
CONSIDERANDO A TEORIA CONTÁBIL**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Departamento de Ciências Contábeis, do Centro Sócio Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Acadêmico: EVANDRO SILVESTRIN
Orientador: PROF. JOISSE ANTÔNIO LORANDI, M. Sc.

FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA
NOVEMBRO DE 2000

ESTUDO SOBRE A AVALIAÇÃO DE ATIVOS CONSIDERANDO A TEORIA CONTÁBIL

AUTOR: EVANDRO SILVESTRIN

Esta Monografia foi apresentada como trabalho de conclusão no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota média de 8,0....., atribuída pela banca constituída pelos professores abaixo nominada.

Florianópolis, 30 de novembro de 2000.


Profª. Maria Denize Henrique Casagrande, M. Sc.
Coordenadora de Monografia do CCN

Professores que compuseram a banca:


Presidente: Prof. Joisse Antônio Lorandi, M. Sc.


Membro: Prof. Luiz Felipe Ferreira


Membro: Prof. Nivaldo João dos Santos, M. Sc.

PENSAMENTO

Planeje suas metas pessoais. Coloque-as no papel. Olhe para elas todos os dias. Divida o crédito com muitas pessoas e experimente a alegria de suas realizações.

Robert Knowling

AGRADECIMENTOS

À Deus, pelo dom da vida, pela saúde e pela sabedoria.

À meus pais Azelindo e Gecí e a toda minha família pelo amor e carinho à mim dedicados durante toda a minha vida, em especial à minha irmã Maristela pelo apoio dispensado durante todo o curso.

À minha namorada, Mônica, pela compreensão e paciência que teve durante a realização deste projeto.

Ao Professor Joisse Antônio Lorandi, pelo incentivo e orientação, não medindo esforços, na ajuda para a realização deste trabalho.

Aos amigos e colegas que de forma direta ou indireta contribuíram para a conclusão deste projeto, de maneira especial aos meus grandes amigos Fábio, José Ilto e Samuel.

SUMÁRIO

PENSAMENTO	iv
AGRADECIMENTOS	v
RESUMO	p.08
CAPÍTULO 1	p.09
1 INTRODUÇÃO	p.09
1.1 Assunto	p.09
1.2 Tema	p.10
1.3 Problema	p.10
1.4 Objetivos	p.11
1.5 Justificativa	p.11
1.6 Metodologia	p.12
1.7 Organização do Estudo	p.15
CAPÍTULO 2	p.16
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	p.16
2.1 Objetivos da Contabilidade	p.16
2.2 Informação Contábil	p.17
2.3 Princípios Contábeis	p.20
2.3.1 Princípio da Continuidade	p.21
2.3.2 Princípio do Registro pelo Valor Original	p.23
2.3.3 Princípio da Atualização Monetária	p.24
2.4 Balanço Patrimonial	p.25
2.5 Ativo	p.27
2.5.1 Ativo Circulante	p.29
2.5.2 Ativo Realizável A Longo Prazo	p.30
2.5.3 Ativo Permanente	p.31

CAPÍTULO 3.....	p.32
3 AVALIAÇÃO DE ATIVOS.....	p.32
3.1 Objetivos da Avaliação de Ativos.....	p.32
3.2 Valor e Avaliação.....	p.33
3.3 Valores de Entrada e Valores de Saída.....	p.35
3.4 Métodos de Avaliação de Ativos.....	p.37
3.4.1 Avaliação de Ativos a Valores de Entrada.....	p.38
3.4.2 Avaliação de Ativos a Valores de Saída.....	p.45
3.5 Avaliação de Ativos: Um critério de avaliação ou uma combinação?.....	p.50
 CAPÍTULO 4.....	 p.53
4 CONCLUSÕES.....	p.53
 BIBLIOGRAFIA.....	 p.55

RESUMO

O estudo do ativo, sua conceituação e avaliação, ao lado do estudo das receitas, despesas, perdas e ganhos, pode ser considerado como o capítulo mais importante da teoria contábil. Isto porque, é necessário que não se tenha dúvidas quanto à classificação de um ativo e também porque transações envolvendo o ativo podem influir no resultado da empresa, tornando-se essencial melhor conhecer os métodos e as formas de avaliação de ativos.

A avaliação de ativos baseada na teoria contábil, mostra-se como uma importante ferramenta para a tomada de decisão dos usuários (externos e internos) das informações contábeis.

As informações contidas nas demonstrações contábeis e também em outros relatórios, devem ser relevantes e apresentar-se de forma objetiva, clara. Sendo assim, elas têm poder preditivo para os usuários na tomada de decisões.

Assim, procurou-se fazer uma explanação dos métodos possíveis de avaliação de ativos, bem como definir qual o melhor dentre eles, ou seja, o que propicie aos usuários informações relevantes, objetivas e com poder preditivo. E ainda, se o método considerado como o melhor para o maior número de ativos deveria ser utilizado sozinho ou aliado aos outros métodos que se mostraram melhores em alguns tipos de ativo.

Foi com o intuito contribuir para a apresentação de informações úteis aos usuários é que se desenvolveu um estudo sobre o ativo e suas formas de avaliação, considerando a teoria contábil.

CAPÍTULO 1

1 INTRODUÇÃO

1.1 Assunto

A contabilidade tem como objetivo fornecer informações úteis aos seus usuários, sejam eles externos ou internos, ajudando-os no processo de tomada de decisões.

Para que a informação fornecida pela contabilidade seja útil aos seus usuários, ela deverá ser apresentada de forma clara, objetiva, confiável e de maneira que possa ser comparada entre os vários períodos, bem como com informações divulgadas por outras empresas. A informação também deverá possibilitar que os usuários não só conheçam o passado da empresa, como também possam prever efeitos ou tendências futuras.

Dentro da Contabilidade, os ativos desempenham um papel importante, pois as transações envolvendo o ativo podem influenciar nas receitas e despesas e conseqüentemente no patrimônio líquido da empresa. Assim, a correta apresentação do ativo, seja física ou monetariamente, é essencial não apenas para se conhecer a situação atual, mas também para se fazer inferências sobre o futuro da empresa.

Os ativos são recursos econômicos de uma entidade que são alocados às finalidades do negócio, dentro de um período de tempo, tendo como característica a geração de benefícios futuros para a empresa.

Para a contabilidade as empresas são consideradas como empreendimentos em andamento, salvo raras exceções que neste caso deverão ser divulgadas. A continuidade ou não da empresa influenciará na maneira como seus ativos deverão ser avaliados, ou seja, pela capacidade que eles terão de gerar benefícios futuros para a empresa.

Pelo princípio contábil do custo original como base de valor, ou do registro pelo valor original, os ativos são registrados pelo preço pago para adquiri-los ou fabricá-los, mais todos os gastos necessários para deixá-los em condições de gerar benefícios para a empresa, sendo permitido somente amortizações, depreciações ou exaustão em decorrência do uso ou obsolescência.

Todavia, esse valor de registro poderá com o passar do tempo não representar a real capacidade que o ativo tem de gerar benefícios para a empresa, não somente pelo desgaste físico e natural do ativo e da obsolescência, mas também por causa das flutuações do poder aquisitivo da moeda, de variações específicas do preço do ativo e pelas mudanças tecnológicas.

Portanto, uma avaliação baseada somente nos valores de entrada dos ativos, poderá não representar uma informação confiável, que possa ser comparada, podendo gerar decisões distorcidas para os usuários.

Avaliar os elementos do ativo de maneira que se aproxime da realidade, contribuirá para que os usuários da contabilidade estejam munidos de informações úteis para a tomada de suas decisões.

1.2 Tema

Diante do exposto, o tema desta pesquisa é um estudo sobre o ativo e suas formas de avaliação, considerando a teoria contábil.

1.3 Problema

Para DAMODARAN (1997, p.1), "Todo ativo, seja financeiro ou real, tem valor. ...Qualquer ativo pode ser avaliado, mas alguns são mais facilmente avaliados do que os outros, e os detalhes da avaliação variam de caso para caso".

Sabendo-se que o ativo é um recurso econômico capaz de gerar benefícios futuros para a empresa, num determinado período de tempo e a ele é atribuído um valor, o problema a ser resolvido com esta pesquisa é:

- saber se o estudo da teoria contábil poderá contribuir para um melhor esclarecimento dos métodos de avaliação de ativos, de maneira a prover os usuários da contabilidade com informações úteis para a tomada de decisões?

1.4 Objetivos

Este estudo tem por objetivo geral identificar os aspectos doutrinários e teóricos sobre a avaliação de ativos.

Decorrem do objetivo geral, os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar dentre outros, os conceitos de ativo, ativo circulante, ativo realizável a longo prazo e ativo permanente;
- Demonstrar os aspectos relativos aos métodos de avaliação de ativos e apresentar as formas de avaliação.

1.5 Justificativa

Partindo-se da premissa que a contabilidade deve permitir aos diversos usuários, avaliar a situação financeira e econômica de uma entidade, num sentido estático, podendo fazer inferências sobre tendências e perspectivas futuras, as demonstrações contábeis tem valor significativo como instrumento de informação, pois nelas deve-se inserir de maneira clara e objetiva, informações relevantes e precisas, que serão úteis aos usuários na tomada de decisões.

Uma das demonstrações contábeis é o balanço patrimonial. O balanço patrimonial é dividido em três grupos, o ativo, o passivo e o patrimônio líquido. Este projeto de pesquisa tem como escopo o estudo do ativo e sua avaliação.

O estudo do ativo e sua avaliação são de grande importância para a teoria da contabilidade, para se evitar dúvidas quanto à classificação de um ativo e também porque transações envolvendo o ativo podem influir no resultado da empresa, e essas transações são uma constante nas entidades que estão em continuidade.

Para IUDÍCIBUS (1997, p.123), "É tão importante o estudo do ativo que poderíamos dizer que é o capítulo fundamental do estudo da Contabilidade, porque à sua definição e avaliação está ligada a multiplicidade de relacionamentos contábeis que envolvem receitas e despesas".

A avaliação de ativos poderá em alguns casos conter certo grau de subjetividade, dependendo de quem os avalia, não obstante, a utilização de critérios fundamentados na teoria contábil poderá reduzir o grau de subjetividade, fazendo com que as informações divulgadas demonstrem uma situação próxima da realidade.

Neste contexto, torna-se relevante o estudo do ativo e sua avaliação em decorrência da necessidade que os gestores/usuários têm de estar providos de informações relevantes, objetivas, que representem com fidedignidade a situação econômica e financeira da entidade.

1.6 Metodologia

Dentro de um trabalho de pesquisa, a finalidade da metodologia é indicar os procedimentos que serão utilizados no desenvolvimento do estudo.

Segundo FRANÇA (1996, p.35), "Material e métodos (ou Metodologia): é a parte onde se descreve a metodologia adotada para o desenvolvimento do trabalho. Descrição breve, porém completa e clara das técnicas e processos empregados, bem como o delineamento experimental".

Essas técnicas e processos empregados, bem como o delineamento experimental, tem o objetivo de produzir conhecimento.

Para FERRARI (1974, p.7) o conhecimento é, "...a relação que existe entre o objeto a ser conhecido e o sujeito que a conhece. A relação per si adquire natureza completamente diferente tanto do objeto como do sujeito".

O conhecimento apresenta-se como uma transferência das propriedades do objeto para o sujeito. O conhecimento é produzido pelo homem.

No entendimento de RUIZ (1978, p.85), "O ser humano é dotado da capacidade de conhecer e de pensar. Conhecer e pensar constituem não somente uma capacidade, como também uma necessidade para o Homem;...".

O homem produz conhecimento com a finalidade de mudar as relações sociais e o contexto onde vive, tornando-as úteis e práticas para o seu uso. O conhecimento é produzido pelo homem através da apropriação das realidades do mundo à sua volta.

O conhecimento pode ser obtido por várias formas, seja através de imitações, experiência pessoal, treinamento apropriado sobre determinado assunto e também através da ciência.

A utilização de métodos científicos e da ciência, poderá não chegar a uma verdade absoluta, mas dentre todas as formas de se produzir conhecimento, a ciência é a que melhor aproxima a realidade dos fatos, pois se utiliza de métodos sistemáticos, de experimentos e de comparação.

Para FERRARI (1974, p.18), "A ciência é uma atividade humana, racional, dirigida ao sistemático conhecimento (empírico) do mundo, porém conhecimento sistemático com objetivo limitado, capaz de ser submetido à verificação".

Assim, pode-se dizer que a ciência tem por objetivo aumentar e melhorar o conhecimento ou ainda, melhor compreender os fenômenos já conhecidos.

Uma das formas adotadas pelo homem para produzir conhecimento é a pesquisa científica, como se pode constatar nas palavras de FERRARI (1974, p.18), "O conhecimento científico visa, como procedimento renovado: 1) responder questões; 2) solucionar problemas e 3) desenvolver de modo mais efetivo procedimentos de responder questões e solucionar problemas, o que é alcançado pela intervenção da pesquisa".

Como se pode ver, a pesquisa é uma das maneiras de se resolver um problema e ela deve ser feita utilizando-se métodos científicos.

MARCONI & LAKATOS (1996, p.15) afirmam que a pesquisa: "É uma indagação minuciosa ou exame crítico e exaustivo na procura de fatos e princípios; uma diligente busca para averiguar algo. Pesquisa não é apenas procurar a verdade, é encontrar respostas para questões propostas utilizando métodos científicos".

A pesquisa, portanto é um procedimento formal, realizado através de métodos específicos que são utilizados para se conhecer melhor um tema complexo ou para se descobrir novas verdades.

Nesta pesquisa, o problema que se apresenta é:

- o estudo da teoria contábil poderá contribuir para um melhor esclarecimento dos métodos de avaliação de ativos, de maneira a prover os usuários da contabilidade com informações úteis para a tomada de decisões?

Para apresentar o resultado de uma pesquisa pode-se utilizar a monografia, que é um estudo sobre um assunto específico ou particular, onde se procura dar ênfase aos pontos indispensáveis à sua compreensão. A monografia respeita os objetivos da ciência.

MARCONI & LAKATOS (1996, p.205), definem monografia como sendo: "...um estudo sobre um tema específico ou particular, com suficiente valor representativo e que obedece a rigorosa metodologia. Investiga determinado assunto não só em profundidade, mas também em todos os seus ângulos e aspectos, dependendo dos fins a que se destina".

Esta monografia portanto, visa atingir o objetivo desta pesquisa que é um estudo sobre o ativo e suas formas de avaliação, considerando a teoria contábil.

A pesquisa utilizada será Bibliográfica, porque para a fundamentação teórico-metodológica do trabalho, será realizada uma investigação em livros de referência, bem como publicações periódicas sobre os vários assuntos relacionados à avaliação e reavaliação de ativos.

Segundo VERGARA (1997, p.46) a pesquisa bibliográfica é um, "...estudo sistematizado, desenvolvido a partir de material publicado em livros, revistas,

jornais, isto é material acessível ao público em geral. O material publicado poderá ser fonte primária ou secundária".

1.7 Organização do Estudo

O presente trabalho será composto de quatro capítulos, sendo que o primeiro deles refere-se a introdução, que apresenta o assunto, o tema, os objetivos da pesquisa, a metodologia aplicada e a justificativa da realização deste trabalho. O segundo capítulo é composto da revisão bibliográfica, onde constam os conceitos dos elementos abordados na pesquisa, bem como parte do embasamento teórico para a avaliação de ativos. O terceiro capítulo apresenta os métodos de avaliação, que também servirá de base para definir a melhor forma de avaliação dos ativos. No quarto e último capítulo apresenta-se as conclusões extraídas com a realização da pesquisa.

CAPÍTULO 2

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Este capítulo é composto pela revisão bibliográfica, onde serão apresentados os conceitos de alguns elementos abordados nesta pesquisa, bem como outros aspectos que servirão de embasamento para o estudo da avaliação de ativos.

2.1 Objetivos da Contabilidade

Segundo ANDERSEN (1994, p.43), o Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON) no seu pronunciamento Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade, definiu a Contabilidade como "...um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análise de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização".

Disto contata-se que o objetivo da contabilidade é prover os usuários com informações das mais diversas, sobre a entidade, de forma a propiciar decisões racionais aos usuários.

Entende-se como usuário para IUDÍCIBUS, MARTINS & GELBCKE (1995, p.59), "...toda pessoa física ou jurídica que tenha interesse na avaliação da situação e do progresso de determinada entidade, seja tal entidade empresa, ente de finalidades não lucrativas, ou mesmo patrimônio familiar".

Pode-se dizer então, que o usuário é qualquer pessoa que tenha interesse no conhecimento dos dados de uma entidade, dados esses normalmente fornecidos pela contabilidade, e que são agrupados de maneira objetiva e clara.

Os usuários da informação contábil podem ser classificados em internos e externos. Para MARION (1998, p.128) "...podem ser *internos* a empresa

(gerentes, diretores, administradores, funcionários em geral) ou *externos* a empresa (acionistas, instituições financeiras, fornecedores, governo, sindicatos)".

Ainda para MARION (1998, p.128) os dados de uma entidade "...são elementos importantes constantes nos Relatórios Contábeis (resumos, periódicos e ordenados), que abrangem informações econômico-financeiras (patrimônio, capital, fluxo de caixa e despesas etc.)".

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2000, p.35) também prevê a existência usuários internos e externos e com interesses variados em relação as informações contábeis:

Os usuários tanto podem ser internos como externos e, mais ainda, com interesses diversificados, razão pela qual as informações geradas pela Entidade devem ser amplas e fidedignas e, pelo menos, suficientes para a avaliação da sua situação patrimonial e das mutações sofridas pelo seu patrimônio, permitindo a realização de inferências sobre o seu futuro.

Assim, para atender as necessidades dos diversos usuários, as informações geradas pela contabilidade devem ser as mais variadas, permitindo conhecer a posição patrimonial, que é a base para a tomada de decisões.

2.2 Informação Contábil

IUDÍCIBUS, MARTINS & GELBCKE (1995, p.59), caracterizam a informação de natureza econômica, de natureza física e de natureza de produtividade, a saber:

Informação de natureza econômica deve ser sempre entendida dentro da visão que a Contabilidade tem do que seja econômico e não, necessariamente, do tratamento que a economia daria ao mesmo fenômeno; em largos traços, podemos afirmar que os fluxos de receitas e despesas (demonstração de resultado, por exemplo), bem como o capital e o patrimônio, em geral, são dimensões econômicas da Contabilidade, ao passo que os fluxos de caixa, de capital de giro, por exemplo, caracterizam a dimensão financeira...

Informação de natureza física constitui um importante desdobramento dentro da evolução da teoria dos sistemas

contábeis, pois as mais recentes pesquisas sobre evolução de empreendimentos têm revelado que um bom sistema de informação e avaliação não pode repousar apenas em valores monetários, mas deverá incluir, na medida do possível, mensurações de natureza física tais como: quantidades geradas de produto ou de serviços, número de depositantes em estabelecimentos bancários e outras que possam permitir melhor inferência da evolução do empreendimento por parte do usuário.

Informação de natureza de produtividade compreende a utilização mista de conceitos valorativos (financeiros no sentido restrito) e quantitativos (físicos no sentido restrito) como, por exemplo: receita bruta *per capita*, depósitos por cliente etc.

Ainda que a Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade caracterize a informação conforme descrito acima, são as informações de natureza econômica e financeira que constituem o núcleo central da Contabilidade. É o que pode ser visto em ANDERSEN (1994, p.45):

O OBJETIVO PRINCIPAL da Contabilidade, portanto, é o de permitir, a cada grupo principal de usuários, a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras. Em ambas as avaliações, todavia, as demonstrações contábeis constituirão elemento necessário, mas não suficiente.

Para que o objetivo da contabilidade se concretize, faz-se necessário, primeiro que todas as informações relevantes para a avaliação da situação patrimonial sejam evidenciadas e segundo, que na divulgação/evidenciação das informações deva a essência dos fatos prevalecer sobre a forma. É o que se constata em ANDERSEN (1994, p.45):

1º) As empresas precisam dar ênfase à EVIDENCIAÇÃO de todas as informações que permitem a avaliação da situação patrimonial e das mutações desse seu patrimônio e, além disso, que possibilitem a realização de inferências perante o futuro. ...

2º) A Contabilidade possui um grande relacionamento com os aspectos jurídicos que cercam o patrimônio, mas, não raro a forma jurídica pode deixar de retratar a essência econômica. Nessas situações, deve a Contabilidade guiar-se pelos seus objetivos de bem informar, SEGUINDO, se for necessário para tanto, A ESSÊNCIA AO INVÉS DA FORMA.

As informações geradas pela contabilidade e publicadas nas demonstrações contábeis devem ser objetivas e consistentes e precisas, servindo de base para os usuários na tomada de decisões.

Neste contexto, o papel que o contador desempenha tem significativa relevância no sentido de que as informações por ele fornecidas, devam atender as necessidades tanto dos usuários internos, quanto dos usuários externos.

Os usuários externos - acionistas, instituições financeiras, fornecedores, governo etc. - tem como base para a tomada de decisões as demonstrações contábeis. Demonstrações contábeis estas, baseadas nos princípios contábeis.

Segundo o IBRACON (1998, p.30): "Entre os usuários das demonstrações contábeis incluem-se investidores presentes e potenciais, empregados, credores por empréstimos, fornecedores, e outros credores comerciais, clientes, governos e suas agências e o público".

A contabilidade voltada para os usuários internos é também conhecida como Contabilidade Gerencial. Ela necessita de um maior número de informações, para a tomada de decisões.

IUDÍCIBUS & MARION (1999, p.44) assim conceituam essa contabilidade: "**Contabilidade Gerencial**: voltada para fins internos, procura suprir os gerentes de um elenco maior de informações, exclusivamente para a tomada de decisões. Diferencia-se das contabilidades já abordadas, pois não se prende aos princípios fundamentais da Contabilidade".

Pela gama maior de informações que os usuários internos - gerentes, diretores, administradores - necessitam para a tomada de decisões, não só as demonstrações contábeis, mas outros relatórios fornecidos pela contabilidade devem subsidiá-los. Isso faz com que os contadores utilizem outras ferramentas, além dos princípios contábeis.

IUDÍCIBUS & MARION (1999, p.44) ainda sobre o assunto afirmam: "Em maior ou menor grau tais tipos de relatórios deverão utilizar outros conceitos além dos **Princípios Fundamentais de Contabilidade**, tais como: custos de oportunidade, taxas de juros e de desconto, custos de reposição, custos

imputados e econômicos, noções e cálculos de risco econômico e financeiro e muitos outros".

Constata-se assim, que os princípios fundamentais de contabilidade são a base para a geração de informações úteis aos usuários, especialmente para os usuários externos, apesar de não serem as únicas ferramentas para a geração de relatórios e demonstrações contábeis.

2.3 Princípios Contábeis

O objetivo da Contabilidade não deve ser apenas analisado no âmbito dos usuários, mas também no âmbito dos profissionais da Contabilidade. Disso depende a observação dos Princípios Fundamentais da Contabilidade, como afirma o CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2000, p.34):

A precisão das informações demandadas pelos usuários e o próprio desenvolvimento de aplicações práticas da Contabilidade dependerão, sempre, da observância dos seus Princípios, cuja aplicação à solução de situações concretas deverá considerar o contexto econômico, tecnológico, institucional e social em que os procedimentos serão aplicados. Isso significa, com grande frequência, o uso de projeções sobre os contextos em causa, o que muitos denominam de visão prospectiva nas aplicações contábeis.

A observação de tais princípios por parte da Entidade, tem como finalidade gerar informações consistentes, precisas, de tal forma que se possam fazer comparações, bem como extrair tendências quanto ao futuro da empresa.

Sobre essa relação entre os Princípios, a avaliação dos componentes patrimoniais e a informação contábil, o CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2000, p.33) assim se expressa:

Em termos de conteúdo, os princípios dizem respeito à caracterização da Entidade e do Patrimônio, à avaliação dos componentes deste e ao reconhecimento das mutações e dos seus efeitos diante do Patrimônio Líquido. Como os Princípios alcançam o patrimônio na sua globalidade, sua observância nos procedimentos aplicados resultará automaticamente em

informações de utilidade para decisões sobre situações corretas. Esta é a razão pela qual os objetivos pragmáticos da Contabilidade são caracterizados pela palavra "informação".

A aplicação dos princípios fundamentais de contabilidade, quando da ocorrência de fatos que resultem em mutações no patrimônio da empresa, é essencial para a padronização das informações divulgadas nas demonstrações contábeis, bem como para a redução das dúvidas quanto veracidade das informações, servindo assim, de base para a tomada de decisões dos usuários.

Para o CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2000, p.23), "Os Princípios Fundamentais de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País".

São dois os documentos vigentes sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade, ambos publicados pelo Conselho Federal de Contabilidade: 1) a Resolução 750 de 29 de dezembro de 1993 onde são apresentados os Princípios e; 2) a Resolução 774 de 16 de dezembro de 1994, que é um apêndice à Resolução 750/93, onde são esclarecidos com detalhes os Princípios.

Na sequência, serão comentados os princípios contábeis que apresentam maior relação com o tema da pesquisa, que é a avaliação de ativos.

2.3.1 Princípio da Continuidade

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2000, p.24), no art. 5º da Resolução n.º 750/93 assim refere-se ao princípio da Continuidade:

Art. 5º A Continuidade ou não da Entidade, bem como sua vida definida ou provável, devem ser consideradas quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas.

§ 1º A Continuidade influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da Entidade tem prazo determinado, previsto ou previsível.

A interpretação deste princípio, revela que o valor dos componentes patrimoniais dependem das condições em que a Entidade opera.

Para IUDÍCIBUS (1997, p.48):

As entidades, para efeito de contabilidade, são consideradas como empreendimentos em andamento (*going concern*), até circunstância esclarecedora em contrário, e seus ativos devem ser avaliados de acordo com a potencialidade que tem de gerar benefícios futuros para a empresa, na continuidade de suas operações, e não pelo valor que poderíamos obter se fossem vendidos como estão... (no estado em que se encontram).

Disso entende-se que a Entidade é um empreendimento em andamento, cuja finalidade é gerir e utilizar os ativos não para serem vendidos, mas para servirem à entidade no esforço de produzir receita, logo, o que vale para a empresa é o que esse ativo lhe trará de benefícios durante a sua vida útil.

Quanto à redução ou extinção das atividades da entidade e os efeitos sobre os componentes patrimoniais, o CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2000, p.39) na Resolução n.º 774/97 cita:

A suspensão das suas atividades pode provocar efeitos na utilidade de determinados ativos, com a perda, até mesmo integral, de seu valor. A queda do nível de ocupação pode também provocar efeitos semelhantes. ...

A situação-limite na aplicação do Princípio da Continuidade é aquela em que há a completa cessação das atividades da Entidade. Nessa situação, determinados ativos, como, por exemplo, os valores diferidos, deixarão de ostentar tal condição, passando à condição de despesas, em face da impossibilidade de sua recuperação mediante as atividades operacionais usualmente dirigidas à geração de receitas. ...

As causas da limitação da vida da Entidade não influenciam o conceito de Continuidade; entretanto, como constituem informação de interesse para muitos usuários, quase sempre são de divulgação obrigatória, segundo norma específica.

A cessação das atividades da empresa provoca efeitos na avaliação dos ativos, podendo ocasionar a redução ou até a perda total do valor. Isto, porque os ativos devem ser avaliados pela capacidade de geração de benefícios futuros, e como a empresa não espera retomar suas atividades para beneficiar-se dos ativos, a potencialidade de benefícios futuros ficará reduzida, podendo até ser

nula, como é o caso do ativo diferido, que deve ser alocado como despesa em caso de descontinuidade.

Pela influência que tem na avaliação dos ativos, a possibilidade de descontinuidade da empresa constitui-se em informação relevante para os usuários das informações contábeis, sendo essencial a sua divulgação.

2.3.2 Princípio do Registro pelo Valor Original

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2000, p.25), na Resolução n.º 750/93 assim apresenta este princípio:

Art. 7º Os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do País, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da Entidade.

Entende-se do acima exposto que nos valores registrados poderão ser feitos ajustes, resultantes da perda do valor econômico. Entretanto, estes ajustes não devem ser considerados como uma modificação do valor original.

FÁVERO et. al. (1995, p.38) com relação a este princípio afirmam que: "...os ativos serão incorporados pelo preço pago para adquiri-los ou fabricá-los acrescido de todos os gastos necessários para colocá-los em condições de gerar benefícios para a empresa, quer por sua venda ou por sua imobilização".

Os ativos devem ser incorporados ao patrimônio pelo valor total gasto para deixá-los em condições de gerar benefícios à empresa e acredita-se que naquele momento, a exata potencialidade futura de geração de benefícios, seja o valor que está sendo registrado no patrimônio.

Quanto a necessidade de observação deste princípio, como meio de uniformização das metodologias de avaliação existentes e a conseqüente comparabilidade das informações, o CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2000, p.44), ressalta:

A rigorosa observância do Princípio em comentário é do mais alto interesse da sociedade como um todo e, especificamente, do mercado de capitais, por resultar na unificação da metodologia de avaliação, fator essencial na comparabilidade dos dados, relatos e demonstrações contábeis e, conseqüentemente, na qualidade da informação gerada, impossibilitando critérios alternativos de avaliação.

A aplicação do princípio do registro pelo valor original, tende a gerar informações uniformes, baseadas num único critério de avaliação. Assim sendo, as informações contidas nos relatórios e nas demonstrações contábeis de uma empresa poderão ser comparadas entre os vários períodos e também com as informações divulgadas por outras empresas do mesmo ramo de atividade.

Para FÁVERO et. al. (1995, p.38) "A utilização do custo original como base para avaliação dos ativos tem a vantagem de este ser mais objetivo que o custo de reposição. Todavia, apresenta desvantagens em relação à apresentação das tendências futuras da empresa ou mesmo na avaliação de seu valor real".

Tal afirmação deve-se ao fato de que os custo original pode ser corrigido, entretanto, a correção pode não acompanhar as alterações do mercado, e assim, as oscilações de preços dificultam a elaboração de demonstrações contábeis que representem fielmente o patrimônio.

2.3.3 Princípio da Atualização Monetária

Este princípio prevê que os valores dos componentes patrimoniais devem ser ajustados, em decorrência das alterações do poder aquisitivo da moeda.

A esse respeito o CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2000, p.47) assim se manifesta:

O Princípio da Atualização Monetária existe em função do fato de que a moeda - ... - não representa unidade constante de poder aquisitivo. Por conseqüência, sua expressão formal deve ser ajustada, a fim de que permaneçam substantivamente corretos - ... - os valores dos componentes patrimoniais e, via de decorrência, o Patrimônio Líquido.

A atualização monetária deve ser aplicada em decorrência das alterações do poder aquisitivo da moeda, ocorridas com o passar do tempo, a fim de que os valores mantenham-se substantivamente corretos.

Ainda para o CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2000, p.47):

A atualização monetária deve ser realizada mediante o emprego de meios - indexadores, moedas referenciais, reais ou não - que reflitam a variação apontada por índice geral de preços da economia brasileira. A utilização de um único parâmetro de caráter geral e de forma uniforme por todas as Entidades é indispensável, a fim de que sejam possíveis comparações válidas entre elas.

Assim, a utilização de um índice para a atualização dos valores dos componentes patrimoniais, além de manter os valores originais substantivamente corretos, propicia a comparabilidade das informações entre as empresas.

Para ANDERSEN (1994, p.52) "...se trata de aplicar aos valores rigorosamente registrados pela Contabilidade apenas um 'fator de atualização' em termos de poder aquisitivo. Na verdade, não estamos corrigindo o valor dos bens, mas apenas corrigindo o que, teoricamente, não deveria ter variado, que é o poder aquisitivo da moeda".

A atualização dos valores originais deve basear-se na modificação da capacidade geral de compra da moeda, não na variação específica do preço de cada bem em particular.

Este princípio não pretende avaliar os componentes patrimoniais a valores de mercado, mas apenas restaurar os valores originais através da utilização de um indexador que restabeleça o poder aquisitivo da moeda.

2.4 Balanço Patrimonial

A observância aos princípios fundamentais de contabilidade, resulta na padronização das informações publicadas tanto nos relatórios, quanto nas demonstrações financeiras/contábeis, e servirão como base no processo de tomada de decisão dos usuários, principalmente para os usuários externos.

Para ANDERSEN (1994, p.67):

As demonstrações financeiras representam o principal meio informativo da situação patrimonial e dos resultados da empresa junto àqueles (investidores, fornecedores, clientes, empregados, governo, instituições financeira etc.) que tenham ou possam vir a ter interesse na avaliação da situação da empresa em determinado momento ou em seu progresso ao longo do tempo.

Grande parte das informações que os usuários necessitam para a tomada de decisões são apresentadas nas demonstrações financeiras. Portanto, além da aplicação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade, devem ser tomados cuidados especiais quanto à forma, conteúdo e nível de detalhamento, na apresentação dessas demonstrações.

A Lei 6404/76 (1997, p.68), sobre as demonstrações financeiras assim manifesta-se:

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

- I - balanço patrimonial;
- II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- III - demonstração do resultado do exercício; e
- IV - demonstração das origens e aplicações de recursos.

Não obstante a Lei 6404/76 exija a apresentação dessas quatro demonstrações financeiras, será abordado aqui, apenas o balanço patrimonial, pois o ativo - tema da pesquisa -, é parte constante dessa demonstração.

DAMODARAN (1997, p.90) com referência ao balanço patrimonial assim refere-se: "Ao contrário do demonstrativo de resultados, que mede fluxos ao longo de um período de tempo, o balanço anual fornece um resumo daquilo que a empresa possui em termos de ativos e daquilo que deve tanto a seus credores quanto aos investidores em seu patrimônio líquido".

Segundo IUDÍCIBUS, MARTINS & GELBCKE (1995, p.34) "O balanço tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data, representando, portanto uma posição estática".

Sobre a estática patrimonial FÁVERO et. al. (1995, p.60) destacam as características qualitativas e quantitativas do patrimônio em um dado momento: "A estática patrimonial é o estudo do patrimônio considerado sem movimento em um dado momento na sua estrutura qualitativa e quantitativa, isto é, nos seus elementos e nos seus componentes e valores".

Embora o balanço patrimonial represente uma situação aparentemente estática, ele apresenta informações de natureza preditiva, uma vez que os usuários podem fazer inferências, principalmente quando comparados com os balanços de outros períodos.

Para MARION (1998, p.53) o balanço patrimonial é constituído por duas colunas: "a coluna do *lado direito*, denominada Passivo e Patrimônio Líquido; a coluna do *lado esquerdo*, denominada Ativo. A razão de se atribuir lado esquerdo para o Ativo e o direito para o Passivo e Patrimônio Líquido é mera convenção".

O art. 178 da Lei 6.404/76 (1997, p.70) prevê a existência de três elementos básicos do balanço patrimonial, o Ativo, o Passivo e o Patrimônio Líquido, classificadas de maneira a facilitar a sua compreensão, conforme constata-se no Caput do artigo: "No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia".

Nesta pesquisa será estudado o lado esquerdo do balanço patrimonial, ou seja, apenas os aspectos relativos ao Ativo.

2.5 Ativo

Para o IBRACON (1998, p.40), o ativo "...é um recurso controlado pela empresa como resultado de eventos passados e do qual se espera que futuros benefícios econômicos resultem para a empresa".

Constata-se que esse conceito não destaca a característica de propriedade quando diz que o ativo é um recurso controlado pela empresa, menciona, entretanto, a possibilidade de geração de benefícios .

Já para MARION (1998, p.53), "O Ativo são todos os bens e direitos de propriedade da empresa, mensuráveis monetariamente, que representam benefícios presentes ou futuros para a empresa".

Esse conceito destaca a propriedade, a capacidade de mensuração e a potencialidade de gerar benefícios para a empresa, como características do ativo.

Segundo FÁVERO et. al. (1995, p.61), "As empresas, para exercerem suas atividades, necessitam de recursos que possibilitem a execução dos fins propostos. Assim, podemos conceituar Ativo como o conjunto de bens e direitos decorrentes de transações passadas e que tenha a potencialidade de geração de caixa".

Nesse conceito constata-se também a potencialidade de geração de benefícios futuros, contudo, os autores destacam que os ativos são utilizados para que as empresas exerçam suas atividades e consigam atingir os objetivos propostos.

IUDÍCIBUS (1997, p.124), também destaca algumas características inerentes aos ativos, sendo elas semelhantes às citadas pelos outros autores:

1. o ativo deve ser considerado à luz da sua propriedade e/ou à luz de sua posse e controle; normalmente as duas condições virão juntas;
2. precisa estar incluído no ativo, em seu bojo, algum direito específico a benefícios futuros (...) ou, em sentido mais amplo, o elemento precisa apresentar uma potencialidade de serviços futuros (...) para a entidade;
3. o direito precisa ser exclusivo da entidade; ...

Quase todos os conceitos de ativo apresentados citam os bens e direitos, logo, torna-se necessário apresentar também esses dois conceitos para melhor esclarecer o assunto.

Para FÁVERO et. al. (1995, p.62):

São bens para a empresa todo o material, móvel ou imóvel, de que dispõe, com o qual executa suas atividades para a obtenção de seu objetivo-fim. São exemplos de bens os estoques, os veículos, máquinas e equipamentos, imóveis etc.

São direitos aqueles valores de que a empresa poderá dispor em prazo imediato ou futuro, buscando obter seu objetivo-fim. Podem ser decorrentes ou não de sua atividade principal e poderão ser

convertidos em dinheiro. São representados por duplicatas a receber, marcas e patentes etc.

Segundo MARION (1997, p.66), "As contas do Ativo são agrupadas de acordo com a sua rapidez de conversão em dinheiro: de acordo com o seu grau de liquidez (a capacidade de se transformar em dinheiro mais rapidamente)".

Conforme descrito no §1º do art. 178 da Lei 6.404/76 (1997, p.70), o Ativo é composto por três grupos:

No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nela registrados, nos seguintes grupos:

- a) ativo circulante;
- b) ativo realizável a longo prazo;
- c) ativo permanente, dividido em investimentos, ativo imobilizado e ativo diferido.

Para uma melhor compreensão do ativo como um todo, a seguir será apresentado em separado cada um desses grupos, sua conceituação e classificação.

2.5.1 Ativo Circulante

Considerando que no ativo as contas são registradas em ordem decrescente de grau de liquidez, no ativo circulante são classificadas as contas que tem a maior potencialidade de transformar-se em espécie, bem como os valores já convertidos em moeda corrente. Como pode ser constatado a seguir:

O art. 179 da Lei 6.404/76 (1997, p.70), dispõe que serão classificadas: "I - no ativo circulante: as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte".

Para MARION (1998, p.66), "Em primeiro lugar, agrupam-se as contas que já são dinheiro (Caixa, Bancos etc.) com aquelas que se converterão em dinheiro

rapidamente (Títulos a Receber, Estoques etc.). A este grupo de contas denominamos *Ativo Circulante*. É um grupo de elevado grau de liquidez".

MARION (1998, p.72) denomina esse grupo também de Ativo Corrente ou ainda, Ativo em Giro: "Tanto a expressão "corrente" como a "em giro" são bem fáceis de ser entendidas: são contas com valores correntes (não fixo); são contas que estão constantemente em giro, em movimento, circulando".

2.5.2 Ativo Realizável a Longo Prazo

O Realizável a Longo Prazo é a parte do ativo onde são classificadas as contas de mesma natureza das do Circulante, porém, com realização certa ou provável, após o término do exercício seguinte.

Na Lei 6.404/76 (1997, p.70), verifica-se a definição e também a composição do ativo realizável a longo prazo. Conforme o art. 179, no Ativo as contas serão classificadas da seguinte forma:

I - No ativo circulante: ...

II - No ativo realizável a longo prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedade coligadas ou controladas (art. 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia.

O parágrafo único do mesmo artigo, prevê que nos casos onde a duração do ciclo operacional da empresa for maior que o exercício social, tanto a classificação do circulante quanto do longo prazo terão por base o prazo desse ciclo.

Sobre o ativo realizável a longo prazo, MARION (1998, p.75) comenta:

No ativo existe ainda um grupo de contas intermediário, ou seja, são bens e Direitos que não são *Permanentes* (pois se destinam a venda, ou serão transformados em dinheiro no futuro), mas também não são Circulantes (não se movimentam constantemente).

Entende-se por *Longo Prazo* períodos superiores a um ano, ou superior ao ciclo operacional da empresa quando este for maior que um ano.

2.5.3 Ativo Permanente

Conforme já visto no tópico sobre o ativo, o grupo do ativo permanente se divide em investimentos, ativo imobilizado e ativo diferido. Segundo o art. 179, incisos III a V, da Lei 6.404/76 (1997, p.70), as contas do ativo permanente serão assim classificadas:

III - investimentos: as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa;

IV - no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da companhia e da empresa, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os de propriedade industrial ou comercial;

V - no ativo diferido: as aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social inclusive os juros pagos ou creditados aos acionistas durante o período que anteceder o início das operações sociais.

Para MARION (1998, p.73), o Ativo Permanente é totalmente o oposto do Ativo Circulante:

... são itens que não se destinam à venda; seus valores não são alterados freqüentemente; não há uma conotação de giro (movimento).

São bens e direitos de vida útil longa. A empresa utiliza o Permanente, praticamente, como "meio para atingir seus objetivos sociais".

O Permanente representa Bens e Direitos de uso da empresa. Através da utilização do Permanente e também de outros Ativos a empresa obtém lucro na sua atividade operacional.

CAPÍTULO 3

3 AVALIAÇÃO DE ATIVOS

Este capítulo compõem-se dos aspectos relativos aos métodos e formas de avaliação de ativos.

3.1 Objetivos da Avaliação de Ativos

Para HENDRIKSEN (1999, p.313), "A escolha de uma base específica de mensuração é influenciada pelos objetivos da mensuração de ativos. Como alguma forma de avaliação é necessária no processo contábil, os objetivos de avaliação são, em grande parte, os mesmos objetivos da contabilidade".

Como a contabilidade tem por objetivo fornecer informações aos diversos usuários para a tomada de decisões, a avaliação de ativos deve servir de base para que essas informações sejam úteis aos usuários.

O mesmo autor divide os objetivos em três categorias: sintáticos; semânticos; e pragmáticos.

Quanto aos objetivos sintáticos, HENDRIKSEN (1999, p.314) afirma: "...o balanço se transformou numa etapa entre duas demonstrações de resultado e a avaliação de ativos transformou-se em um processo de cálculo de quanto deve ser carregado para exercícios futuros".

As demonstrações financeiras apresentam as informações que resultam da avaliação dos ativos. Assim, a correta alocação de valores aos ativos, proporciona informações mais precisas.

Para HENDRIKSEN (1999, p.315), "Uma das maneiras de atingir objetivos semânticos é garantir que todas as medidas utilizadas em contabilidade tenham fidelidade de representação".

A representação fiel de todos componentes patrimoniais, incluindo aí os ativos, possibilita saber o quanto esses ativos podem gerar de benefícios futuros para a empresa.

Os objetivos pragmáticos se concentram na utilidade ou relevância da contabilidade. Segundo HENDRIKSEN (1999, p.315) a relevância é "...a capacidade da informação de fazer alguma diferença em uma decisão, ajudando os usuários a fazer predições a respeito dos resultados de eventos passados, presentes e ou futuros, ou confirmar ou corrigir expectativas anteriores".

A avaliação dos ativos é capaz de fornecer informações relevantes aos usuários, quando o valor pelos quais estão mensurados os ativos representam com grande proximidade a possibilidade de geração de benefícios futuros por parte desses ativos.

3.2 Valor e Avaliação

A palavra avaliação pressupõe a existência de uma estimativa de valor, tornando-se necessário, portanto, apresentar o conceito de valor. Para SCHMUTZ (1943, p.3), "Valor é a capacidade de uma mercadoria comandar outras em troca. Quando o valor é assim concebido, uma comparação das utilidades é compreendida, nominalmente, a utilidade de uma mercadoria (a que tem valor) e as utilidades das outras que podem ser trocadas por ela".

Esse conceito destaca a capacidade de comparação em termos monetários, entre dois bens.

SÁ (1975, p.94) apresenta um conceito contábil de valor: "Em Contabilidade o valor, expresso monetariamente, tem sido uma representação dos fatos patrimoniais, como medida capaz de conduzir a riqueza à homogeneidade de demonstração, principalmente, embora que não exclusivamente".

A partir desse conceito, constata-se que em contabilidade, o valor é utilizado no sentido de se mensurar os fatos contábeis ocorridos no âmbito da empresa, como forma de homogeneizar as informações contábeis.

Conforme já visto em capítulo anterior, DAMODARAN afirmou que todo ativo tem valor e todos os ativos podem ser avaliados, alguns mais facilmente do que os outros.

Para FERREIRA (1993, p.57) avaliação é o "ato ou efeito de avaliar" e avaliar significa "determinar a valia ou o valor de".

A avaliação pode ser entendida como a determinação de valor ou a mensuração de algo.

HENDRIKSEN (1999, p.304) utiliza o termo mensuração, ao invés de avaliação: "Em contabilidade, mensuração é o processo de atribuição de valores monetários significativos a objetos ou eventos associados a uma empresa, e obtidos de modo a permitir agregação (tal como na avaliação total de ativos) ou desagregação, quando exigida em situações específicas".

Assim, a mensuração é a atribuição de valores aos elementos do patrimônio da empresa. Tal mensuração/avaliação pode ser feita tanto para um só ativo, um conjunto de ativos, o ativo como um todo ou a avaliação total do patrimônio da empresa.

Para o IBRACON (1998, p.49) "Avaliação ou mensuração é o processo que consiste em determinar as importâncias monetárias pelas quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados no balanço e demonstração de resultado. Este processo envolve a seleção da base específica da avaliação".

Disso entende-se que a avaliação é um processo desenvolvido por meio de métodos, que consiste em determinar o valor dos componentes patrimoniais.

Segundo CREPALDI (1991, p.28), "Entende-se por avaliação e mensuração de ativos o conjunto de esforços baseados em conceitos, objetivando a melhor quantificação possível dos potenciais de serviços que o Ativo apresenta para a entidade".

Avaliar ou mensurar um ativo significa quantificar a potencialidade de geração de benefícios futuros que o ativo tem para a entidade.

A estimação de um valor, ou seja, a avaliação começa segundo SCHMUTZ (1943, p.51), "...com a compreensão de (1) o tipo e o caráter da propriedade sob consideração e (2) o fim para o qual se faz a avaliação".

Essa compreensão serve para se determinar o tipo de dados a serem reunidos e as teorias a serem empregadas na avaliação.

O valor de um ativo poderá variar dependendo do objetivo para o qual a avaliação for feita. Os procedimentos empregados ao se fazer avaliações podem ser influenciados, segundo SCHMUTZ (1943, p.53), por considerações como: "(1) uma continuação de uso presente da propriedade; (2) uma projetada conversão do imóvel para outro uso, ...; (3) uma liquidação total ou parcial".

Para o Comitê de Conceitos Contábeis e Standards da American Accounting Association, apud IUDÍCIBUS (1997, p.125), *"...a medida de valor de um ativo é a soma dos preços futuros de mercado dos fluxos de serviços a serem obtidos, descontados pela probabilidade de ocorrência e pelo fator juro, a seus valores atuais"*.

Apesar dessa conceituação prever que os ativos devam ser avaliados pela sua real capacidade de gerar benefícios futuros, normalmente a avaliação é realizada por métodos mais práticos, como o registro por valores de entrada .

A respeito da avaliação pelos valores de entrada DAMODARAN (1997, p.2) assim se pronuncia: "Os modelos utilizados na avaliação podem ser quantitativos, mas os dados de entrada deixam margem suficiente para julgamentos subjetivos".

3.3 Valores de Entrada e Valores de Saída

A entidade, para a contabilidade, deve ser considerada como um empreendimento em andamento. Segundo IUDÍCIBUS & MARION (1999, p.92):

... **continuidade**, para a Contabilidade, é a premissa de que uma **entidade**, ao que tudo indica, irá operar por um período de tempo relativamente longo no futuro e esta premissa somente é abandonada quando um histórico de prejuízos persistentes e a perda de substância econômica e de competitividade de mercado e mesmo o fim jurídico da sociedade (...) justifiquem o fato de a Contabilidade (e os contadores e auditores) sinalizarem (...) para que aquela entidade esteja **prestes a uma descontinuidade**.

Assim, a continuidade considera a entidade como algo em andamento, até que haja forte evidência em contrário. Nos casos em que há possibilidade da descontinuidade do empreendimento, a contabilidade deve informar aos seus usuários.

Para IUDÍCIBUS e MARION (1999, p.94):

Uma entidade que está operando na premissa da continuidade (...) tem todo o interesse em sacrificar alguns ativos (...) em troca de uma receita que supere o valor dos ativos sacrificados. Nesse mecanismo de confronto entre **receitas e despesas**, aquelas representam um valor de **saída** dos produtos e serviços prestados ao passo que estas representam um valor de **entrada** (...).

Quando a empresa está trabalhando sem tendência ou intenção de encerrar suas atividades, os ativos são sacrificados em benefício da obtenção de uma receita. Nesse caso a receita auferida representa um valor de saída do ativo, ao passo que a despesa (valor do bem sacrificado) representa um valor de entrada, que é o valor que ele está registrado na contabilidade.

HENDRIKSEN (1999, p.305) concorda com os autores acima citados quando afirma que: "Os valores de saída refletem os fundos recebidos por uma empresa, baseados particularmente no preço de troca do que é produzido pela empresa. Os valores de entrada refletem alguma medida do sacrifício feito para obter os ativos usados por uma empresa em suas operações - os fatores de produção".

Nessa concepção, os valores de saída refletem as receitas e os valores de entrada, as despesas.

Segundo IUDÍCIBUS & MARION (1999, p.94):

Os ativos, assim, enquanto estocados, devem, via de regra, ser avaliados por algum tipo de valor de entrada (de custo original, original corrigido, ou então de reposição). Se a descontinuidade é a exceção, na qual os elementos do patrimônio seriam avaliados a valores de realização (ativos) e de liquidação (exigibilidades), na regra, que é a continuidade, devem prevalecer critérios opostos, isto é, valores de entrada.

Assim, como consequência da continuidade, os ativos devem ser avaliados por algum tipo de valor de entrada (de custo), e não de saída (de venda). Entretanto, se a entidade estiver próxima da descontinuidade, seus ativos devem ser avaliados a valores de saída (de realização).

3.4 Métodos de Avaliação de Ativos

Vários são os métodos de avaliação de ativos. Para HENDRIKSEN (1999, p.304): "A quantidade de medidas diferentes reflete a variedade de aplicações da contabilidade, pois cada aplicação sugere uma medida distinta".

Assim, os ativos devem ser avaliados por um ou por outro método, dependendo das circunstâncias em que a empresa se encontra e também levando-se em conta os usuários das informações.

Para HENDRIKSEN (1999, p.304):

...embora haja vantagem clara na aceitação geral de um único conceito abrangente, uma análise mais atenta dos padrões de utilização indica que um único conceito de avaliação não seria capaz de atender igualmente bem todas as finalidades. O conceito apropriado, em cada caso, exige que se conheça quem usará a informação e para que fim.

A utilização de um único método de avaliação de ativos, pode não atender de maneira satisfatória a todos os tipos de usuários, além de haver a possibilidade de não ser a mais apropriada para as circunstâncias da entidade, na época da avaliação.

Segundo HENDRIKSEN (1999, p.318), "Na avaliação de ativos, não há um único conceito ou procedimento que seja ideal para a apresentação da

demonstração de posição financeira, para a determinação do lucro, ou na apresentação de outras informações relevantes para as decisões de investidores, credores e outros usuários de demonstrações financeiras".

O problema da avaliação de ativos pode envolver a utilização não de apenas um, mas diversos métodos de avaliação, desde que as informações que estejam disponíveis aos diversos usuários das demonstrações contábeis, sejam relevantes no processo de tomada de decisões.

Para o IBRACON (1998, p.46), "Em muitos casos o custo e o valor precisam ser estimados; o uso de estimativas razoáveis é uma parte essencial da preparação das demonstrações contábeis e não desmerece a sua confiabilidade".

O uso de estimativas é uma constante para a contabilidade. E apesar dos contadores necessitarem utilizar certa subjetividade, quando da avaliação dos componentes patrimoniais, isso não afeta a confiabilidade das informações contidas nas demonstrações contábeis.

A contabilidade em alguns casos utiliza na avaliação dos ativos, valores de entrada e noutros valores de saída. Para HENDRIKSEN (1999, p.318):

Embora os valores de saída possam ser superiores, conceitualmente falando, para a apresentação de demonstrações financeiras, em muitas situações os valores de entrada são considerados mais apropriados, porque podem representar o valor máximo para a empresa ou porque não há mercado para a saída, tornado impossível a obtenção de valores de troca.

Apesar de alguns métodos de avaliação se mostrarem mais eficientes, algumas vezes não será possível a sua utilização.

A seguir, será apresentado os métodos de avaliação de ativos a valores de entrada e a valores de saída.

3.4.1 Avaliação de Ativos a Valores de Entrada

A respeito dos valores de entrada HENDRIKSEN (1999, p.306) afirma: "As medidas de entrada representam o volume de dinheiro, ou o valor de alguma

outra forma de compensação, pago quando um ativo ou seus serviços ingressam na empresa por meio de uma troca ou conversão. Os valores de entrada podem basear-se em trocas passadas, trocas correntes ou trocas futuras esperadas".

Entende-se por valor de entrada o montante gasto para aquisição do ativo, quando do ingresso na empresa.

Para IUDÍCIBUS (1997, p.132-133):

Considera-se que os valores de entrada são mais adequados do que os valores de saída como base geral de avaliação do ativo, pois podem representar o valor máximo para a empresa ou porque muitas vezes não existe um mercado para valores de venda. Considera-se também que os valores de entrada são mais "objetivos" e não permitem o reconhecimento de receita antes que seja "realizada".

A avaliação de ativos a valores de entrada, além de mais adequada como base de avaliação, evita o reconhecimento antecipado de uma receita.

A seguir será feito uma exposição dos principais métodos de avaliação de ativos, baseados nos valores de entrada.

a) Custo Histórico

O custo histórico, segundo IUDÍCIBUS & MARION (1999, p.146) "É o valor original da transação, isto é, quanto custou à empresa adquirir um determinado ativo ou quanto custaram os insumos contidos no ativo, se foram fabricados".

Constata-se que o custo histórico, é o valor que custou para a empresa adquirir ou fabricar o ativo.

Para HENDRIKSEN (1999, p.306) "O custo histórico é definido pelo preço agregado pago pela empresa para adquirir a propriedade e o uso de um ativo, incluindo todos os pagamentos necessários para colocar o ativo no local e nas condições que permitam prestar serviços na produção ou em outras atividades da empresa".

Pode-se dizer que o custo histórico, é o valor total gasto para deixar o ativo em condições de gerar benefícios futuros para a empresa.

Para IUDÍCIBUS & MARION (1999, p.146), "Uma vantagem do custo histórico é sua objetividade; representa o valor mais próximo do valor econômico na data da transação, facilita o trabalho dos auditores".

A vantagem desse método deve-se ao fato de que no momento da transação, o valor registrado é o valor que melhor representa a possibilidade de geração de benefícios futuros, ou seja, o valor econômico do bem segundo os autores acima.

HENDRIKSEN (1999, p.306) destaca as desvantagens deste método:

Uma das principais desvantagens da avaliação baseada no custos histórico é a de que o valor do ativo para a empresa pode variar com o passar do tempo; ao fim de longos períodos, pode não ter significado algum como medida da quantidade de recursos disponíveis à empresa, do valor de seus serviços futuros ou de seu preço corrente de mercado. Mesmo que os preços tivessem permanecido constantes, seria improvável que as expectativas a respeito de serviços continuassem inalteradas. As expectativas podem mudar por causa do aumento da certeza à medida em que a vida útil do ativo vai se tornando mais curta, ou devido a mudanças de tecnologia ou de condições econômicas.

Com o passar do tempo, os custos históricos tendem a não representar a capacidade de geração de benefícios futuros do ativo, em decorrência da perda de poder aquisitivo da moeda, da obsolescência do ativo e da evolução tecnológica, e quanto maior o tempo em que o ativo estiver registrado, mais o custo histórico ficará defasado. Logo, o uso desse método para ativos não circulantes pode prejudicar a relevância e a comparabilidade das informações contidas nas demonstrações contábeis.

b) Custo Histórico Corrigido

FÁVERO et. al. (1995, p.65) afirmam que: "...os ativos são registrados seguindo-se as mesmas premissas do Custo Original como Base de Valor. Todavia, em função das oscilações do poder aquisitivo da moeda, esses Ativos estão sujeitos a ajustes de acordo com determinados indicadores".

A partir da afirmação dos autores acima, pode-se dizer que o custo histórico corrigido é o custo histórico ajustado em função da perda do poder aquisitivo da moeda, através do uso de indexadores.

Segundo IUDÍCIBUS & MARION (1999, p.146), "...os custos históricos são corrigidos pela variação do poder aquisitivo da moeda, segundo algum índice geral de preços, como o Índice Geral de Preços - IGP da Fundação Getúlio Vargas - FGV, ou o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do IBGE, ou outros índices gerais que foram ou são indexadores oficiais, como a UFIR".

O que ocorre com os custos históricos corrigidos é o ajuste do poder aquisitivo da moeda através da utilização de um índice geral de preços.

Sobre a utilização de um índice geral de preços IUDÍCIBUS (1997, p.237) cita: "...na ausência de movimentos estruturais ou relativos de preços, todos os preços se moveriam juntamente na mesma percentagem. Entretanto, se os preços variam a taxas diferentes, é preciso obter uma média ou um índice de preços a fim de expressar o nível geral dos preços correntes com relação a algum período base".

Assim, a variação obtida no período, representa a variação geral média dos preços. O objetivo dessa variação é ilustrar qual a perda média do poder de compra da moeda em uma determinada data, com relação a outra data anterior.

A utilização desses indexadores pela contabilidade, visa apresentar demonstrações contábeis com valores mais próximos da realidade, dando maior poder preditivo aos usuários.

Para IUDÍCIBUS & MARION (1999, p.147):

Esta forma de valor de entrada, conquanto do ponto de vista puramente gerencial, interno à empresa, não seja a ideal, é a que melhor consegue, principalmente para finalidades de informação a usuários externos, atentar, ao mesmo tempo, para as seguintes condições mormente em países com altas taxas inflacionárias: objetividade (pois trata-se de uma mera correção dos valores originais), relevância da informação (embora não a máxima para usuários internos principalmente), custo relativamente baixo do processo de correção, favorecendo a comparabilidade de:

- a) balanços da mesma empresa em exercícios diferentes;
- b) balanços de empresas diversas no mesmo exercício;
- c) balanços de empresas diversas em diferentes exercícios.

Esse método de avaliação de ativos, apesar de não ter muita utilidade para os usuários internos, pois não é o ideal, se traduz em informação objetiva e relevante para os usuários externos, pela possibilidade de comparação entre as demonstrações contábeis.

IUDÍCIBUS (1997, p.221), no capítulo sobre a contabilidade e as flutuações de preço, afirma que "Os agentes econômicos, os usuários externos e internos da informação contábil que se utilizam dos relatórios contábeis em suas tomadas de decisões desejam uma relevância cada vez maior das informações contábeis, no sentido de que reproduzam com a maior fidelidade possível a realidade empresarial".

Contudo, apesar desse método não ser o ideal para os usuários internos - gerenciais -, o ajustamento do custo histórico por um índice geral de preços, pode reproduzir a situação patrimonial próxima da realidade.

c) Custos Correntes de Reposição

IUDÍCIBUS (1997, p.133-134) assim define esse método de avaliação de ativos:

Custos históricos e correntes são iguais na data de compra de um ativo. Porém, à medida que os preços mudam e a tecnologia fica mais sofisticada, pode haver variações. *Em sentido mais rigoroso, custo corrente de um ativo, hoje, no estado em que se encontra, seria o somatório dos custos correntes dos insumos contidos em um bem igual ao originariamente adquirido menos sua depreciação.*

O custo corrente de um ativo, tende a representar a avaliação, a valores correntes, do mesmo ativo adquirido há mais tempo, pois considera os efeitos da depreciação do bem.

Para HENDRIKSEN (1999, p.308), "Os custos correntes representam o preço de troca que seria exigido hoje para obter o mesmo ativo ou um ativo equivalente".

Esses custos fazem uma comparação com o preço de reposição de um ativo igual ou de características semelhantes.

CREPALDI (1991, p.30) apresenta uma desvantagem desse método: "Quando há mudanças tecnológicas acentuadas no ramo de atividade, fica mais difícil a avaliação por este método, tendo em vista as características técnicas e de produtividade do ativo novo em relação ao antigo, objeto de avaliação".

A desvantagem deste método existe caso as diferenças técnicas e de produtividade entre o ativo antigo e o novo sejam tão elevadas, que não se possam fazer comparações entre a capacidade desses ativos de prestar serviços semelhantes, a ponto de não se poder fazer aproximações.

No caso acima, percebe-se que o contador utiliza certa subjetividade na avaliação. Entretanto, se bem definidos os procedimentos de avaliação, este método poderá apresentar certas vantagens, conforme afirmam IUDÍCIBUS e MARION (1999, p.148):

...verifica-se como é complexa a adoção, para efeito de usos externos, de avaliação de ativos a custos correntes ou de reposição. Apresenta, porém, desde que o Contador defina bem que tipo de variante está adotando e que sejam os valores os menos subjetivos possíveis, uma série de vantagens do ponto de vista informativo sobre todas as formas de valores de entrada (...), tais como:

- ...;
- dá uma idéia aproximada ao eventual investidor ou futuro concorrente de quanto precisaria investir para montar uma empresa "fisicamente" equivalente à avaliada;
- na demonstração de resultados, esta variante de valor de entrada permite separar, no lucro bruto, a parcela que é devida a fatores puramente de variação do preço específico do ativo enquanto ficou, a mercadoria, estocada, da parcela operacional.

Assim, desde que bem definidos os critérios de avaliação, este método poderá, além de dar uma idéia aproximada do valor dos ativos, no estado em que se encontram, também permite separar na demonstração de resultados a parcela referente aos efeitos da variação do preço do bem, enquanto esteve estocado.

Pela necessidade de se fazer mudanças na demonstração de resultados e também pela subjetividade implícita na avaliação, é que esse método tem

aplicabilidade quando o objetivo é gerar informação aos usuários internos. Pois, para os usuários externos a publicação de demonstrações contábeis baseadas nos princípios contábeis, se constitui em informação relevante.

Para IUDÍCIBUS (1997, p.134):

... o custo corrente apresenta-se como uma das mais promissoras formas de avaliação geral para o ativo. Conceitualmente, ele é tão bom quanto o valor de saída (trata-se afinal de um preço de mercado); para a empresa que está avaliando é talvez de mais prática determinação. ... Para o usuário externo é uma medida que aumenta o poder preditivo do balanço, que melhor compara receita com despesa e representa uma aproximação de quanto deveria desembolsar para obter uma empresa parecida com a que está sendo avaliada.

Os ativos, quando avaliados a custos correntes de reposição, tem grande poder preditivo, uma vez que as demonstrações contábeis tendem a apresentar o que realmente os ativos valem.

d) Custos Correntes Corrigidos pela Variação do Poder Aquisitivo da Moeda

Como afirma IUDÍCIBUS (1997, p.135), este método:

...combina as vantagens do custo corrente com as do custo histórico corrigido. Os ativos são basicamente avaliados em determinada data a valores correntes (de reposição). Em uma data posterior, os ativos da mesma entidade são também avaliados a custos correntes de reposição, naquela data. Embora em cada data os ativos representem a mais razoável aproximação (...) dos valores econômicos dos ativos (...), estes podem não ser comparáveis nas duas datas, se houver ocorrido no período variação do poder aquisitivo médio geral da moeda (...).

Nesse método, primeiro os ativos são avaliados pelo custo corrente (de reposição) em certa data e em data posterior os mesmos ativos são avaliados novamente pelo custo de reposição, sobre os ativos primeiramente avaliados é

aplicado um índice de correção; que representa a variação média do poder aquisitivo da moeda entre uma data e outra.

Para IUDÍCIBUS & MARION (1999, p.150) não somente as vantagens, mas também as desvantagens dos dois métodos são inerentes aos Custos Correntes Corrigidos, apesar de ser considerado o modelo mais completo:

As vantagens e desvantagens do modelo podem ser aferidas da combinação de vantagens e desvantagens dos demais, dos quais deriva. É claro que, de um ponto de vista de desenvolvimento e de relevância informativa, se trata do modelo mais avançado a valores de entrada, mas devem ser levados em conta sempre: a objetividade dos procedimentos, a comparabilidade entre empresas e o custo-benefício da informação.

Assim, se for levado em consideração a relevância, o custo-benefício da informação e a possibilidade de comparação das informações contidas nas demonstrações contábeis, este é um método completo de avaliação de ativos.

3.4.2 Avaliação de Ativos a Valores de Saída

Sobre a avaliação de ativos a valores de saída, HENDRIKSEN (1999, p.310) afirma: "Os preços de saída representam o volume de caixa, ou o valor de algum outro instrumento de pagamento, recebido quando um ativo ou seu serviço deixa a empresa por meio de troca ou conversão".

Os valores de saída equivalem aos valores recebidos ou a receber, à título de receita, em contrapartida da saída de um ativo.

a) Valores Descontados das Entradas Líquidas de Caixas Futuros

Também denominado de Capacidade de Geração de Serviços Futuros, segundo HENDRIKSEN (1999, p.311-312), que assim aborda este método:

Quando há um período de espera até que ocorram os recebimentos esperados, o valor presente desses recebimentos é

inferior ao montante efetivo que se espera receber. Quanto mais longo o período, menor o valor presente. Conceitualmente, o valor presente é determinado pelo processo de desconto. Mas descontar não envolve apenas uma estimativa do custo de oportunidade do dinheiro, como também da probabilidade de recebimento da quantia futura.

Conforme já abordado nessa pesquisa, com o passar do tempo o poder aquisitivo da moeda sofre variações. Assim, um valor que se espera receber daqui a determinado tempo, não representa a mesma capacidade de geração de benefícios no presente, e quanto maior o tempo do recebimento desse valor, menor será o valor que ele representa nesta data, isso sem mencionar a probabilidade de não recebimento de parte do valor.

Para MARTINS (2000, p.5):

É comum hoje dizer que o valor econômico de qualquer bem corresponde ao valor presente do fluxo líquido de caixa que se espera que esse bem produza no futuro. O mesmo aplica-se ao caso da empresa como um todo; esse é o critério mais utilizado nos processos de avaliação de empresas para fins de negociação, fusão, cisão, privatização etc. O alvo é sempre o caixa e, no fundo, o que interessa é o futuro; tomamos decisões hoje para procurar maximizar nossos benefícios futuros.

Esse método é mais utilizado na avaliação de empresas como um todo, ou seja, nos casos em que ocorre venda, fusão, cisão, incorporação ou privatização da empresa. Nesse caso a empresa vale no presente, o quanto conseguirá trazer de benefícios no futuro.

Não obstante este método seja mais utilizado na avaliação da empresa como um todo, a utilização dele para mensurar os valores a receber e do ativo imobilizado, tendem a gerar informações relevantes aos usuários, pois traz a valores presentes os benefícios futuros desses ativos.

HENDRIKSEN (1999, p.312) aponta limitações para esse método, a seguir será apresentado as principais:

1. Os recebimentos esperados geralmente dependem de distribuições de probabilidades subjetivas que, por natureza, não são verificáveis.

2. Embora taxas de desconto representativas do custo de oportunidade possam ser obtidas, o ajuste por atitudes em relação ao risco deve ser avaliado pela administração ou e pelos contadores e pode ser difícil transmitir o significado da avaliação resultante aos leitores de demonstrações financeiras.
3. ...
4. Não é possível agregar os valores descontados dos fluxos de caixa individuais de todos os ativos distintos da empresa para chegar ao valor da empresa como um todo.

Assim, como há envolvimento de probabilidades subjetivas na avaliação, pode se tornar difícil a sua verificação, principalmente para atender as necessidades de informação dos usuários externos. Envolve também a determinação do custo de oportunidade, e as demonstrações contábeis apresentadas com a inclusão do custo de oportunidade não são de fácil entendimento para os usuários da contabilidade.

Como o método aplica-se para empresa como um todo, torna-se difícil agregar os valores a cada ativo em separado. Por tudo isso é que este método apresenta dificuldades para ser aplicado na prática, a ativos isolados.

b) Valores Realizáveis Líquidos

Segundo HENDIKSEN (1999, p.310) o valor realizável líquido "...é definido como sendo o preço corrente de saída menos o valor corrente de todos os custos e despesas incrementais esperados (excluindo efeitos fiscais), relacionados à conclusão, à venda e à entrega da mercadoria. Se forem significantes, as despesas adicionais de cobrança também deverão ser deduzidas".

Assim, do preço corrente de venda do ativo, devem ser deduzidos os gastos com o término (se produtos em fabricação), venda, entrega e se significantes também os gastos com cobrança.

Para CREPALDI (1991, p.30) esse método "Apresenta certas limitações, tendo em vista o preço de venda no momento da avaliação não ser o mesmo no futuro, devido às condições de mercado. Também, caso os produtos não forem

comercializados em um espaço curto de tempo, seu preço atual deveria ser adequadamente descontado ao valor atual".

Devidos às condições do mercado, com o passar do tempo, o preço de venda pode variar, como também custos de estocagem podem ser incorridos, custos com vendas podem aumentar etc.

Segundo IUDÍCIBUS (1997, p.132), "...este método pode ser uma razoável aproximação para as entradas previstas de caixa para ativos, *tais como inventários de produtos para venda, produtos ou co-produtos próximos do estágio final de acabamento*".

O fato do valor ser uma razoável aproximação das receitas com vendas, deve-se ao fato de que os gastos com conclusão (no caso de produtos em elaboração), venda, entrega etc. devem ser descontados do valor que se espera vender.

c) Equivalentes Correntes de Caixa

Esse método, segundo HENDRIKSEN (1999, p.311) "Exprime o montante de caixa ou o poder geral de compra que poderia ser obtido com a venda de cada ativo em condições organizadas de liquidação, podendo ser medidos pelos preços cotados de mercado de bens de natureza semelhante e em condições parecidas".

Os valores equivalentes correntes de caixa representam a medida monetária que poderia conseguir-se vendendo separadamente os ativos, em condições de liquidação. O valor de cada ativo seria obtido através de comparação com o valor de outros ativos semelhantes, também em condições de liquidação organizada.

A aplicação desse método torna-se difícil quando no mercado não existem bens similares aos que estão sendo vendidos. Como constata-se na afirmação de CREPALDI (1991, p.30): "É um conceito de difícil aplicação, por não considerar

os ativos que não dispõem de preços de mercado, como a maior parte dos ativos intangíveis".

A principal deficiência deste método, quando aplicado para todos os ativos, segundo cita HENDRIKSEN (1999, p.311) "...reside em não levar em consideração a relevância da informação para as necessidades de predição e tomada de decisões dos usuários das demonstrações financeiras, embora ofereça ao investidor informações contemporâneas a respeito da posição financeira da empresa e de algumas alternativas a ela disponíveis".

A falta de relevância das informações, deve-se ao fato de que nas estimativas de valores dos bens que são usados como comparação, podem estar inserido alto grau de subjetividade. Além de não existirem ativos similares a alguns ativos da empresa.

d) Valores de Liquidação

A respeito dos valores de liquidação como método de avaliação de ativos, IUDÍCIBUS (1997, p.132) afirma:

Esta é a hipótese extremada de valores de saída, porque presume uma *venda forçada*, tanto para clientes normais a preços extremamente reduzidos, como para outras firmas, bem abaixo do custo. Deveriam ser utilizados apenas quando mercadorias ou outros ativos se tornarem obsoletos e quando a empresa não espera continuar o empreendimento em futuro próximo; é, portanto, uma hipótese de descontinuidade.

Esse método de avaliação de ativos só deve ser utilizado em casos de descontinuidade da empresa ou quando o ativo foi descontinuado, tornou-se obsoleto. Neste caso prevalecerão preços de venda muito inferiores ao que os ativos realmente valem.

3.5 Avaliação de Ativos: Um critério de avaliação ou uma combinação?

Para HENDRIKSEN (1999, p.318):

Na avaliação de ativos, não há um único conceito ou procedimento que seja ideal para a apresentação da demonstração de posição financeira, para a determinação do lucro, ou na apresentação de outras informações relevantes para as decisões de investidores, credores e outros usuários de demonstrações financeiras. Do ponto de vista estrutural, a avaliação pelo custo histórico é geralmente considerada ideal, pois baseia-se na contabilidade por partidas dobradas, que exige o registro de todas as alterações de recursos e permite sua identificação posterior. Entretanto, também podem ser construídas estruturas formais para outros conceitos de avaliação.

Disso entende-se, que poderão ser utilizados diversos métodos de avaliação de ativos, com a finalidade de apresentar demonstrações contábeis que contenham informações relevantes aos diversos usuários.

O IBRACON (1998, p.49) concorda com o autor acima quando cita:

A base de avaliação mais comumente adotada pelas empresas na preparação de suas demonstrações contábeis é o custo histórico. Este é normalmente combinado com outras bases de avaliação. Por exemplo, os estoques são geralmente mantidos pelo que for menor entre o custo e o valor líquido realizável, os títulos e ações negociáveis podem ser mantidos a preço de mercado e os passivos decorrentes de pensões são mantidos pelo valor presente de tais benefícios. Além disso, algumas empresas usam a base de custo corrente como uma resposta à incapacidade de o modelo contábil de custo histórico enfrentar os efeitos das mudanças de preços dos ativos não monetários.

O método de avaliação mais utilizado para os ativos quando da preparação das demonstrações contábeis é o custo histórico, combinado com outros métodos de avaliação.

Contudo, como o custo histórico não demonstra os efeitos das mudanças de preço de certos ativos, o custo corrente (de reposição) surge como uma alternativa para as empresas que desejam obter informações mais precisas.

Segundo IUDÍCIBUS (1997, p.137) "...a forma que conceitualmente mais se aproxima da natureza dos ativos seria sua mensuração a valores atuais de fluxos descontados. Entretanto, ...apresenta algumas dificuldades de ordem prática para poder ser geralmente utilizada, ...".

Como os ativos devem ser avaliados pela sua capacidade de geração de benefícios futuros, conceitualmente, o método dos valores descontados das entradas líquidas de caixas futuros seria o ideal para a avaliação de ativos, mas apresenta algumas dificuldades de utilização, como a determinação do custo de oportunidade, por exemplo.

Como se pode ver, não somente um método, mas um combinado de métodos de avaliação de ativos poderão ser utilizados. Em função das diversas necessidades de informações dos usuários deverá ser adotado um combinado de métodos que privilegiem a relevância das informações.

Sobre a escolha dos métodos de avaliação de ativos, IUDÍCIBUS (1997, p.137) afirma:

*A decisão deve residir em um trade-off entre os métodos que melhor aproximam a avaliação da predição de fluxos futuros de caixa à praticabilidade de tais mensurações, sua objetividade e, também, ao pensamento firme de não transformar a avaliação de ativo em uma colcha de retalhos de utilização de *n* conceitos diferentes. Em geral, como abordagem à teoria contábil, somos favoráveis a posição de termos coragem de adotar certa filosofia de valor que, reconhecida e comprovadamente, seja a melhor no maior número possível de situações e de casos, aceitando aqueles em que não seria a melhor como exceções ou casos a serem estudados.*

A escolha de como avaliar os ativos deve levar em conta não apenas o método ou os métodos que apresentam melhor poder de predição da potencialidade de geração de benefícios futuros dos ativos, mas também na facilidade de implantação e na objetividade das informações geradas.

A forma mais objetiva é adotar um método que seja aplicável ao maior número de ativos, admitindo exceções nos casos em que não for a melhor opção.

Ainda na opinião de IUDÍCIBUS (1997, p.137):

...levando-se em conta todos os fatores como: relevância, praticabilidade, objetividade, poder preditivo etc., o conceito de custo corrente (de reposição) corrigido é o mais completo, na maior parte das circunstâncias, e deveria ser adotado para a avaliação geral do ativo. Obviamente poder-se-ia admitir uma exceção no caso dos produtos destinados à venda, que poderiam ser avaliados pelo valor realizável líquido e para os itens monetários, que são valores numerários ou assemelhados, por sua própria natureza. Poderia haver dificuldades na avaliação a custos correntes de ativos como goodwill, certos ativos diferidos etc. Nesse caso, o conceito mais próximo seria o custo histórico corrigido. Nosso ideal deveria ser o custo corrente corrigido. ... A representação de produtos a seu custo de reposição (para fabricá-los), todavia, poderá até ser aceitável como aproximação e para uniformidade, na premissa de que a receita (e os valores de saída) seriam mais adequadamente reconhecidos no ato da venda. Além do mais, o custo de reposição dos produtos pode aproximar-se, às vezes, do valor realizável líquido.

O custo corrente corrigido pode ser considerado o método mais completo de avaliação de ativos, considerando a necessidade de informações dos usuários.

O custo corrente (de reposição) corrigido deve ser adotado como base geral de avaliação de ativos, com exceção dos itens monetários que são valores numerários por natureza; dos ativos intangíveis e o goodwill que podem ser avaliados pelo custo histórico corrigido; dos valores a receber e do ativo imobilizado que devem ser avaliados pelos valores das entradas líquidas de caixas futuros, ou seja, os benefícios que deles se espera receber no futuro devem ser trazidos a valor presente.

Quanto aos estoques, eles podem ser avaliados pelo valor realizável líquido, entretanto, como o custo corrente (de reposição) se aproxima do valor realizável líquido, poderá ser adotado os custos de reposição para sua avaliação.

CAPÍTULO 4

4 CONCLUSÕES

A contabilidade é um sistema de informação e avaliação que se destina a prover os usuários, sejam eles internos ou externos, com demonstrações contábeis e outros relatórios que são úteis na tomada de decisão.

Para que as informações que constam das demonstrações contábeis e relatórios possam ser úteis, elas devem ser relevantes, objetivas, fidedignas e que tenham poder preditivo.

A observância aos princípios fundamentais de contabilidade podem contribuir para a geração de informações consistentes, precisas, de tal forma que se possam fazer comparações, bem como extrair tendências quanto ao futuro da empresa. Entretanto, essas se mostram úteis principalmente para os usuários externos.

Os usuários internos necessitam de uma gama maior de informações sobre a entidade, por isso, somente a observância dos princípios contábeis poderá não ser suficiente para fornecer essas informações.

O estudo do ativo, sua caracterização e mensuração, constituem parte importante do estudo da teoria contábil. Sua correta apresentação e avaliação, tendem a gerar informações relevantes.

Vários são os métodos possíveis de avaliação de ativos. Eles devem ser avaliados por um ou por outro método, dependendo das circunstâncias em que a empresa se encontra e também levando-se em conta os usuários e suas necessidades de informação.

A avaliação de ativos de uma entidade poderá compreender não apenas um, mas diversos métodos. Contudo, o aconselhável é adotar o método que melhor se aplica ao maior número de ativos, admitindo-se exceções nos casos em que não for a melhor opção.

A avaliação de ativos deve contemplar o método de avaliação que apresenta melhor poder de predição da potencialidade de geração de benefícios futuros dos ativos, e também a facilidade de implantação e na objetividade das informações geradas.

Na nossa opinião o custo corrente (de reposição) corrigido pode ser considerado o método mais completo de avaliação de ativos, considerando a necessidade de informações dos usuários. Esse método deve ser adotado, admitindo-se a combinação com outros métodos que fornecem melhor base de avaliação para alguns tipos de ativos.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSEN, Arthur. *Normas e Práticas Contábeis no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994. ISBN 85-224-1059-3.

BRAGA, Ivan Storino. *Manual de gerência e controle do patrimônio*. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

BRASIL, Leis, Decretos, etc. Lei n.º 6.404, de 15-12-76. *Lei das Sociedades por ações*. 2. ed. atual. e amp. São Paulo: Saraiva, 1997. (Coleção Saraiva de Legislação).

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade*. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2000. 258 p.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Curso de atualização contábil: auditoria, contabilidade, tributação, direitos sociais*. São Paulo: Atlas, 1989. ISBN 85-224-0434-8.

CREPALDI, Silvio Aparecido. O ativo e sua avaliação. In: *Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul*. n.º 64, p. 26-32, jan./mar. 1991.

DAMODARAN, Aswath. *Avaliação de investimentos: ferramentas para determinação do valor de qualquer ativo*; tradução de Bazán Tecnologia e Lingüística (Carlos Henrique Trieschmann e Ronaldo de Almeida Rego); supervisão técnica de Eduardo Fortuna. – Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1997. ISBN 85-7303-145-X.

ECHEVERRIA, Ivan. Teoria da contabilidade: avaliação do ativo permanente. In: *Revista Brasileira de Contabilidade*, n.º 110, p. 64-77, mar./abr. 1998.

FÁVERO, Hamilton Luiz et. al. *Contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 1995. ISBN 85-224-1235-9.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário da língua portuguesa*. Coordenação Marina Baird Ferreira, Margarida dos Anjos; Equipe Elza Tavares Ferreira et. al. 3. ed. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. ISBN 85-209-0466-1.

FERRARI, Alfonso Trujillo. *Metodologia da ciência*. 3. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.

FRANÇA, Júlia Lessa. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 3. ed. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

GOULART, Marselle. Como encontrar o valor de uma empresa: um enfoque teórico sobre os métodos de avaliação. In: *Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul*. n.º 98, p. 56-66, out. 1999.

HENDRIKSEN, Eldon S; BREDÁ, Michael F. Van. *Teoria da contabilidade*. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999. ISBN 85-224-2097-1.

HORNGREN, Charles Thomas. *Contabilidade de Custos: um enfoque administrativo*. vol. 1. tradução de Danilo A. Nogueira. São Paulo: Atlas, 1986.

_____. *Contabilidade de Custos: um enfoque administrativo*. vol. 2. tradução de Danilo A. Nogueira. São Paulo: Atlas, 1978.

IBRACON - INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTADORES. *Normas internacionais de contabilidade*. São Paulo: IBRACON, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. *Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável também as demais sociedades*. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 1995. ISBN 85-224-1172-7.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. *Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação*. São Paulo: Atlas, 1999. ISBN 85-224-2221-4.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Contabilidade Gerencial*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1980.

_____. *Teoria da contabilidade*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997. ISBN 85-224-1606-0.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de Pesquisa*. 3. ed. rev. e amp. São Paulo: Atlas, 1996. ISBN 85-224-0641-3.

MARION, José Carlos. *Contabilidade empresarial*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1998. ISBN 85-224-2060-2.

MARTINS, Eliseu. Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica. In: *IOB - Informações Objetivas (Temática Contábil e Balanços)*. São Paulo: Ano XXXIV, n. 39, 4ª semana de setembro de 2000.

MOREIRA, Alberto Lélío. *Princípios de engenharia de avaliações*. 4. ed. rev. e amp. São Paulo: Pini, 1997. ISBN 85-7266-0712

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez. *Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras*. 6. ed. ampl., rev. e atual. São Paulo: Frase Editora, 1996.

RUIZ, João Álvaro. *Metodologia Científica: Guia para eficiência nos estudos*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1978. ISBN 85-224-0319-8.

SÁ, A. Lopes. *Normas técnicas em contabilidade*. Rio de Janeiro: APEC Editora S.A., 1975.

SCHMUTZ, George L. *O processo de avaliação*. Trad. L. C. Berrini. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1943.

TOLEDO FILHO, Jorge Ribeiro de. Os modelos de precificação de ativos CAPM e APT e os derivativos: os problemas para sua contabilização. In: *Revista Brasileira de Contabilidade*, n.º 120, p. 54-66, Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, nov./dez. 1999.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 1997.